



# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

### CONCURSO PÚBLICO

**CARGO:**

**POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**

APLICAÇÃO: 22/6/2006

### CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

**5.<sup>a</sup> Turma - B - 2.<sup>a</sup> Prova**

**Centros de Formação Regional de Aquidauana/MS,  
Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ**

**CESPEUnB**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à segunda prova do Curso de Formação Profissional, 5.<sup>a</sup> Turma – B –, corretamente ordenados de **1 a 80**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **3 horas e 15 minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### **AGENDA**

- I **22/6/2006**, a partir das 18 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **23 e 24/6/2006** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- III **30/6/2006** – Resultado final da segunda prova e resultado final do Curso de Formação Profissional: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).

#### **OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2003 – PRF, de 21/10/2003.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizada, a sigla PRF referir-se-á, dependendo do contexto, à Polícia Rodoviária Federal ou a policial rodoviário federal.
- Os itens devem ser julgados exclusivamente com base nas respectivas apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

## PROVA OBJETIVA

Julgue os próximos itens, que versam acerca da fiscalização de transporte de passageiros.

- 1 A empresa de transporte de passageiros que realizar viagem sem o seguro de responsabilidade civil ou com a apólice em situação irregular é passível de punição com multa de 40.000 vezes o valor do coeficiente tarifário.
- 2 Uma empresa de transporte de passageiros teve um de seus veículos envolvido em acidente e imediatamente colocou outro para executar o serviço com característica inferior à tarifa cobrada inicialmente. Nessa situação, pelo fato de ter-se tratado de um acidente, a manutenção da tarifa não caracteriza infração.
- 3 Para fins de controle de fiscalização de transporte permissionado de passageiros, todos os passageiros devem ter seus bilhetes de passagem emitidos.
- 4 A multa prevista para quem empreender viagem com veículo em condições inadequadas de higiene e(ou) deixar de higienizar as instalações sanitárias, quando do início da viagem e nas saídas de pontos de parada ou de apoio, será de 10.000 vezes o coeficiente tarifário.
- 5 Se uma empresa de transporte de passageiros cobra tarifa no valor de R\$ 100,00 para determinado trecho, para passageiro considerado idoso ela será obrigada a dar um desconto de 30% e cobrar o valor de R\$ 70,00 para o trecho. Caso assim não proceda, a empresa poderá ser apenada com multa no valor de 30.000 vezes o coeficiente tarifário.

Julgue os itens seguintes, relativos a policiamento e fiscalização.

- 6 É competência legal da PRF realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, nas rodovias e estradas estaduais e federais.
- 7 Seção de Policiamento e Fiscalização, central de informações operacionais e núcleo de multas e penalidades são órgãos operacionais descentralizados da administração regional, sediados em todo o território nacional.
- 8 Considere que uma equipe de PRFs, realizando patrulhamento, suspeite que um ônibus transporte mercadoria contrabandeada e esteja iniciando um processo de fuga. Neste caso, a equipe deverá realizar o acompanhamento do veículo, mantendo contato via rádio com as demais equipes e postos policiais, com a finalidade de realizar a abordagem em local mais adequado e com o maior número de policiais, para minimizar os riscos às equipes envolvidas e evitar exposição de mais pessoas.

- 9 O PRF, ao estacionar a sua viatura em operação, deve optar por locais planos e tangentes, permitindo ampla visibilidade em ambos os sentidos, tanto para os componentes da guarnição como para os usuários, assegurar que a comunicação seja fácil e segura com o respectivo posto de controle e as demais viaturas do trecho e escolher uma área a ser fiscalizada onde haja maior probabilidade de ocorrência de acidentes e(ou) infrações de trânsito.
- 10 Uma equipe de PRF, ao utilizar cães treinados para fiscalizar um veículo suspeito de estar sendo usado no tráfico de entorpecentes e drogas afins, estará exercendo a atividade de policiamento de emergência.
- 11 São funções operacionais que um PRF poderá exercer: chefe do núcleo de operações, adjunto, chefe de posto, chefe de equipe de posto, auxiliar da equipe de posto, chefe de equipe de ronda, motorista e auxiliar da equipe de ronda.
- 12 O planejamento, a otimização dos meios, a execução e a avaliação são pontos a serem considerados para o desenvolvimento das operações da PRF.
- 13 Discreta, administrativa e ostensiva são os tipos de viaturas utilizadas pela PRF para realização das atividades operacionais.
- 14 O cabeçalho do auto de infração (AI) identifica os amparos legais, a sua numeração com código de barras e o tipo de autuação, que pode ser com ou sem abordagem.
- 15 Um PRF, no preenchimento de um AI, quando for registrar o nome do condutor do veículo, poderá abreviar o último sobrenome.
- 16 O PRF sempre identificará o embarcador no preenchimento do campo identificação do infrator no AI, quando se tratar de infração relativa ao excesso de peso bruto total, se o peso declarado na nota fiscal, na fatura ou no manifesto for superior ao limite legal.
- 17 Para um PRF ocupar os cargos em comissão e as funções de confiança do DPRF, preferencialmente deverá ter o comportamento exemplar e estar posicionado nas classes finais da carreira, ressalvados os casos de interesse da administração.
- 18 Um PRF lotado na sede do DPRF, ao preencher o campo delegacia no AI, deverá utilizar o código 00.
- 19 O PRF, ao autuar um condutor que trafega com veículo sem atenção ou sem os cuidados indispensáveis à segurança, obrigatoriamente deverá descrever, no campo observações do AI, o motivo que ensejou a autuação.

- 20** Girando no sentido horário o botão *range* do radar de ondas *doppler*, consegue-se verificar a velocidade dos veículos mais próximos, sem que haja interferência dos veículos mais distantes.
- 21** Sempre que utilizado aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico para aferição de velocidade de veículos, será obrigatória a presença da autoridade de trânsito ou de seu agente, no local da infração.
- 22** Ao realizar o teste de dosagem etílica em um condutor utilizando o sensor de ar alveolar, se o resultado for positivo, o PRF deverá realizar um novo teste após quinze minutos, como contraprova.
- 23** Um condutor poderá ser apenado com detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição do direito de obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, se conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.
- 24** Em acidente de trânsito com vítima de morte, deverá obrigatoriamente haver a realização de exame de alcoolemia.
- 25** Constam do anverso da capa do bloco de AI a tabela de codificação de países, a tabela para fiscalização de velocidades, a tabela de multas para excesso de peso, a tabela de multas para produtos perigosos e a relação das infrações mais comuns.
- 26** O limite regulamentar considerado para o preenchimento do AI (campo medições) na fiscalização de peso do veículo, utilizando como referência a balança, deverá ser o PBT dividido pelo PBTC do veículo somado a 5%.
- 27** Considere que, ao se realizar a fiscalização utilizando o radar de ondas *doppler*, o PRF se depare com um caminhão e um carro de passeio alinhados, com velocidades superiores à permitida para a via, registrados pelo equipamento. Nesse caso, a prioridade de leitura da velocidade no radar será a do caminhão, devido a sua capacidade de refletir ondas.
- 28** Um veículo trafegava em rodovia com velocidade máxima permitida de 100 km/h, quando, ao entrar na área de medição do radar, o equipamento registrou a velocidade de 130 km/h. Nessa situação, o PRF deverá registrar como velocidade considerada, para efeito de preenchimento do AI, a diferença entre a velocidade medida e o valor correspondente ao seu erro máximo admitido, todas em km/h.

Jorge, médico, com 42 anos de idade, trafegava em via pública quando perdeu o controle do veículo automotor que conduzia, atropelando uma pessoa que se encontrava na calçada. Como não tinha carteira de habilitação, Jorge evadiu-se do local sem prestar socorro à vítima, mesmo sabendo que poderia fazê-lo sem risco pessoal à vítima do acidente. O socorro foi acionado, mas a vítima faleceu a caminho do hospital.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 29** No caso em epígrafe, Jorge responde por homicídio culposo. Entretanto, como não tinha carteira de habilitação, não responde na forma do Código de Trânsito Brasileiro, mas, sim, na forma estabelecida no Código Penal brasileiro.
- 30** O fato de Jorge ter-se evadido do local sem prestar socorro à vítima, mesmo sabendo que poderia fazê-lo sem risco pessoal à vítima do acidente, constitui fato capaz de gerar aumento de pena.
- 31** O fato de Jorge estar conduzindo o veículo sem carteira de habilitação não constitui elemento causador de aumento de pena.

Uma autoridade policial, ao flagrar uma criança praticando ato infracional, algemou-a e transportou-a no compartimento fechado do camburão, até a delegacia de polícia mais próxima.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

- 32** A conduta da autoridade policial foi equivocada, pois a criança não deveria ter sido algemada nem transportada no camburão.

Quanto à terminologia e aos conceitos relacionados às drogas, julgue os itens que se seguem.

- 33** Fármaco é uma substância que, introduzida no organismo, determina modificações orgânicas funcionais nocivas à saúde, podendo ocasionar a morte, mesmo em quantidade pequena.
- 34** Tóxico é uma substância potencialmente capaz de intoxicar o organismo, nos sentidos químico e médico-legal.

No referente às regiões produtoras de drogas ilícitas, julgue os itens subseqüentes.

- 35** Dos países da América do Sul, o Paraguai não só é o maior produtor de drogas ilícitas, mas também é o maior exportador dessas drogas aos países vizinhos.
- 36** O Brasil é considerado um grande produtor de cocaína, devido, especialmente, ao cultivo da folha de coca nos estados da Bahia e de Pernambuco.

Após receber uma denúncia que informava a cor, o modelo e a marca de um automóvel suspeito, agentes da PRF montaram uma barreira e pararam alguns veículos que inspiravam desconfiança. Ao abordar um deles e proceder a revista preliminar, um PRF encontrou uma pistola em poder do condutor do veículo, que, conforme documentos apresentados, não era autoridade policial e não possuía porte de arma. Ao ser flagrado, esse indivíduo tentou fugir, mas o PRF frustrou a fuga e imediatamente o algemou, procedendo à revista secundária. Durante esse procedimento, o PRF encontrou, nas pernas do condutor do veículo, um pacote com certa quantidade de maconha, além de cocaína escondida na barra da calça e no tênis, embaixo da palmilha. Durante toda a revista, o suspeito permaneceu vestido, na presença de outro condutor que possuía carro semelhante e estava parado na barreira. A abordagem e os procedimentos de revista foram realizados por dois PRFs, que também encontraram, no painel e nos assentos do veículo, uma quantidade ainda maior de drogas, totalizando 20 kg de maconha e 1,8 kg de cocaína.

Com relação à situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

- 37** Inicialmente, os PRFs procederam a uma revista superficial em busca de armas. Ao encontrar uma arma, realizaram uma revista a fundo e, por fim, fizeram uma revista no veículo, obtendo pleno aproveitamento da ocorrência, pois se encontravam presentes os elementos essenciais para caracterizar o delito, quais sejam, o condutor, a droga, a testemunha do povo e o infrator.
- 38** A quantidade de cocaína encontrada com o condutor não pode ser caracterizada como tráfico *formiga*, por envolver grande quantidade de maconha.

No que se refere aos direitos individuais, julgue os próximos itens.

- 39** A segurança das relações jurídicas é direito individual, mas não pode ser classificada no rol dos direitos à segurança, pois aí se enquadram as inviolabilidades de domicílio e das comunicações pessoais, entre outros do mesmo gênero.
- 40** O direito à liberdade é a faculdade que uma pessoa possui de fazer ou não fazer alguma coisa. Nele incluem-se a liberdade de reunião, a liberdade de opinião e o direito de resposta.

Acerca dos remédios constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 41** Quando uma determinada pessoa quer ter conhecimento de informações a seu respeito constantes em banco de dados de entidade governamental, o remédio constitucional cabível é o mandado de segurança, já que este ampara direitos individuais líquidos e certos.
- 42** O direito à certidão é individual e amparado pela Constituição, mas não pode ser considerado um remédio constitucional, pois trata-se de um direito e não de uma ação propriamente dita.

No âmbito da administração pública, um gestor praticou determinado ato administrativo válido e legal, mas, por motivo de conveniência, resolveu revogá-lo e, no mesmo dia, ao perceber a ilegalidade de outro ato praticado, resolveu anulá-lo, mesmo evidenciando que o vício era sanável e que a convalidação do ato acarretaria lesão ao interesse público ou a terceiros.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 43** A administração pode revogar os próprios atos, por motivos de conveniência e oportunidade, mesmo que sejam válidos, não havendo ilegalidade em revogar ato jurídico válido.
- 44** A anulação do ato pela administração pública tem efeito *ex tunc*, ou seja, desde a origem do ato.
- 45** Acertou a administração pública quando não convalidou o ato, pois não se admite, em nenhuma hipótese, que a administração pública convalide atos ilegais.

André fabricou notas de R\$ 100,00 semelhantes às que estão em curso legal no país e, em seguida, colocou-as em circulação. Luciana, que as recebeu de boa-fé, ao perceber que se tratava de moeda falsa, imediatamente a restituiu à circulação.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 46** André praticou, contra a fé pública, o crime de moeda falsa.
- 47** Luciana não pode ser punida, pois recebeu a moeda falsa de boa-fé, embora a tenha restituído à circulação. Se o Estado a punisse, estaria impondo a Luciana um prejuízo decorrente da ineficiência do próprio Estado em fiscalizar.

Com relação à prisão em flagrante, julgue os itens subseqüentes.

- 48** O presidente da República não pode ser preso em flagrante, mesmo que o crime seja inafiançável.
- 49** Quem, em delito de trânsito, presta socorro a vítima não pode ser preso em flagrante.

Os itens seguintes devem ser julgados à luz do conteúdo da disciplina Direitos Humanos insertos na respectiva apostila do Curso de Formação, deixando de parte qualquer outra fonte de consulta.

- 50** Para prevenir-se contra arbitragens, de modo a garantir o respeito aos direitos, liberdades e garantias individuais da pessoa humana, o policial deve, entre outros requisitos, pautar sua conduta de acordo com a ética corporativa.
- 51** Entre os princípios essenciais para a legitimidade do uso da força na aplicação da lei, inclui-se o princípio da legalidade, segundo o qual o agente do Estado deve agir em conformidade com o que a lei lhe permite, sendo-lhe vedado fazer algo sobre que a lei seja omissa, fato que não ocorre com o cidadão comum.
- 52** Basicamente, as circunstâncias para uso de armas de fogo são as mesmas que justificam o uso da força; entretanto, naquelas, a gravidade da ação delituosa é bem maior, com sérios riscos à vida e à integridade física das pessoas.

- 53** Sempre que for fazer uso de arma de fogo, o PRF deverá, obrigatoriamente, se identificar como policial, avisar prévia e claramente sobre a intenção de fazer uso de arma de fogo e permitir tempo suficiente para que o aviso seja levado em consideração.
- 54** Em face da dívida histórica que a sociedade tem para com os negros, em uma ação policial, indivíduos suspeitos que sejam negros devem ser abordados, preferencialmente, por policiais negros.
- 55** Quando uma criança ou um adolescente estiver em situação delituosa, é obrigatório que o tratamento ao caso leve em consideração as necessidades especiais da idade, a manutenção em ambiente separado dos adultos e a celeridade na comunicação à família e ao juízo especializado.
- 56** No trato de situações delitivas que envolvam criança, mulher ou idoso, o policial deve portar-se em consonância com o que preconizam, respectivamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Mulher e o Estatuto do Idoso.

Com relação a acidente de trânsito, julgue os itens seguintes.

- 57** Considere a seguinte situação hipotética.  
Na garagem localizada no subsolo de um edifício de apartamentos residenciais, o desabamento de uma laje provocou a destruição de diversos veículos que ali estavam estacionados, de propriedade de moradores.  
Nessa situação, é correto concluir que houve um acidente de trânsito.
- 58** Considere a seguinte situação hipotética.  
Em um acidente de trânsito, ocorrido em uma rodovia federal, a PRF foi impedida, pela polícia civil do estado em que se localiza o trecho da rodovia onde ocorreu o sinistro, de efetuar o devido serviço de atendimento e de socorro às vítimas sob a alegação, do chefe dessa corporação, de que não era da competência da PRF a execução de tais procedimentos.  
Nessa situação, a alegação do chefe da corporação é inteiramente procedente.
- 59** Considere a seguinte situação hipotética.  
Mário dirigia falando ao telefone celular quando bateu seu veículo na traseira do veículo de Sérgio. Depois dos devidos registros policiais, procuraram várias oficinas mecânicas com a finalidade de orçar o custo da recuperação do veículo de Sérgio. O menor valor encontrado foi de R\$ 3.500,00, considerado excessivamente elevado por Mário, único culpado pelo acidente, que se negou a arcar com as despesas do conserto do veículo de Sérgio.  
Nessa situação, o Juizado Especial Cível tem competência para julgar a pendência.

Com relação à classificação dos acidentes, julgue os itens que se seguem.

- 60** Quanto à natureza, para que um acidente receba a classificação de acidente com morte é necessário que o óbito ocorra antes de a vítima ser removida do local do acidente.
- 61** Uma colisão do tipo traseira em que há o envolvimento de pelo menos três veículos é classificada como sendo um engavetamento.

Com relação aos fatores contribuintes para acidentes e a danos, julgue os itens subseqüentes.

- 62** Em um acidente, geralmente há um único fator contribuinte, por exemplo, falha humana, falha do veículo ou falha da via.
- 63** Para um veículo sinistrado com laudo de perda total, é obrigatória a baixa de seu registro.

Ao assumir o serviço, o PRF deverá conferir e deixar preparado todo o material necessário para atendimento imediato a acidente que por ventura vier a acontecer. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

- 64** Para um atendimento eficiente e eficaz, diversos equipamentos de uso individual são necessários. Esses equipamentos incluem lanterna, colete refletivo, cones, placas e caneta.
- 65** No atendimento a um acidente, é necessário fazer todo o registro do ocorrido. Um dos documentos, extremamente importante para instruir o processo, é o Boletim de Acidente de Trânsito (BAT). Recomenda-se que, no local do acidente, seja preenchida uma cópia do BAT que servirá para rascunho e levantamento preliminar.

Com relação à metodologia da investigação de acidentes de trânsito, julgue os itens seguintes.

- 66** Ao efetuar o levantamento do sítio do acidente, o PRF deverá identificar, entre outros fatores, o local provável do acidente, as condições do local, as posições finais dos veículos envolvidos.
- 67** Com o objetivo de subsidiar uma possível reconstituição do acidente, é necessário medir a localização de veículos e vestígios com relação a pontos fixos. Essas medidas incluem marcas de frenagens e derrapagens, ponto ou local provável da colisão e locais onde pessoas e animais mortos jazem após o acidente.
- 68** Na investigação de um acidente, o croqui é um dos mais importantes documentos, que será completado pela narrativa. Nela, o PRF deverá acrescentar detalhes que julgar necessário para elucidar quais fatores poderão ter contribuído para a ocorrência do acidente. Por ser um documento eminentemente técnico, o PRF não deverá colocar a sua opinião como a palavra definitiva, sendo recomendado que a expresse sempre iniciando com “é possível que...” ou “eu acho que...”.

Julgue os próximos itens, no que se refere à legislação aplicada à identificação veicular no Brasil.

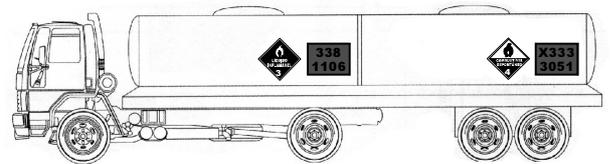
- 69** A norma técnica NBR 6066/1980 regulamenta a numeração de chassi composta de 17 caracteres, dividida em três secções para veículos nacionais. A secção VDS tem 6 caracteres e identifica as características gerais do veículo, enquanto que a secção VIS tem 8 caracteres e destina-se à identificação do ano de fabricação/modelo, do local de fabricação e à identificação individual do veículo.
- 70** A Resolução do CONTRAN n.º 24/1998 instituiu critérios de identificação obrigatórios para os veículos importados que não atendam à legislação nacional de identificação veicular. Entre esses critérios, incluiu-se a exigência da gravação do ano de fabricação do veículo no monobloco ou por etiqueta destrutível.
- 71** A marcação do chassi em veículos nacionais foi regulamentada por meio da Resolução n.º 659/1985 do CONTRAN. No entanto, algumas montadoras adotaram o chassi de 17 caracteres antes dessa resolução, enquanto outras montadoras se enquadraram na nova legislação somente em 1987.

Acerca da numeração de chassi de veículos nacionais, segundo a legislação em vigor, julgue os próximos itens.

- 72** O número de chassi 9BD146000L3532250 pertence a um veículo da marca FIAT, fabricado no Brasil em 1995. Esse veículo pode ser um modelo do tipo Prêmio, Uno, Elba ou Tempra.
- 73** O número de chassi 9BWCA05X0YP000200 pertence a um veículo fabricado na cidade de São Bernardo do Campo – SP, pela Volkswagen do Brasil, no ano de 2000. O sexto dígito desse chassi indica que o referido veículo não tem *air bag* instalado.
- 74** O número de chassi 9BG5VN69EEB000001 pertence a uma ambulância fabricada pela General Motors do Brasil. O referido veículo tem motor movido a gasolina e foi montado em São Bernardo do Campo – SP.

Acerca da fiscalização de produtos perigosos, julgue os itens a seguir.

- 75** O certificado de inspeção do veículo e dos equipamentos para o transporte de produtos perigosos a granel é expedido pela ANTT ou por entidade por ela credenciada.
- 76** O documento fiscal deve apresentar o nome apropriado para embarque ou o número ONU do produto perigoso transportado.
- 77** Toda impressão de ficha de emergência de produto classificado na resolução ANTT como perigoso deve ser feita com tinta preta, com exceção da tarja, que deve ser impressa com tinta vermelha.
- 78** O painel de segurança deve apresentar duas seqüências numéricas. Na superior, os números indicam o tipo e a intensidade do risco, na inferior, o número da ONU identifica o produto.
- 79** É correto concluir que o veículo mostrado na figura abaixo transporta, na mesma unidade de transporte, cargas a granel de dois produtos perigosos com riscos principais diferentes.



- 80** Para efeito de fiscalização, a incompatibilidade entre produtos perigosos transportados deve ser considerada, mesmo que estes estejam separados, ou seja, armazenados em pequenos cofres de cargas distintos que garantam a impossibilidade de contato entre eles.